



Disponível em
<http://www.desafioonline.com.br/publicações>
Desafio Online, Campo Grande, v. 1, n. 2, Mai./Ago. 2013



A GESTÃO DO REUNI NA UFPEL: UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DA EXPANSÃO

Management Meeting in UFPEL: a quality look of expansion

Maria da Graça Gomes Ramos¹

Faculdade de Administração e de Turismo/ Universidade Federal de Pelotas
(FAT/UFPEL)- Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil
Professora Associado
E-mail: mggramos@gmail.com

Tania Elisa Morales Garcia

Faculdade de Administração e de Turismo/ Universidade Federal de Pelotas
(FAT/UFPEL)- Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil
Professora Associado
E-mail: tanisa@uol.com.br

Maria da Graça Saraiva Nogueira

Faculdade de Administração e de Turismo/ Universidade Federal de Pelotas
(FAT/UFPEL)- Pelotas/Rio Grande do Sul/Brasil
Professora Adjunto
E-mail: nogueiramg@ig.com.br

1

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço: Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Ciências Domésticas, Departamento de Administração e Turismo. Almirante Barroso nº 1734 – centro – CEP. 96010-280 - Pelotas, RS – Brasil.

RESUMO

No Brasil, nos últimos anos, foi implantado o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni, com o objetivo de ampliar o acesso e permanência na educação superior. Nesse contexto, o presente estudo traz algumas reflexões sobre a gestão da expansão do ensino de graduação ocorrida na Universidade Federal de Pelotas/UFPel, a partir do Reuni, à luz dos resultados obtidos por 21 cursos, avaliados pelo SINAES. Foram utilizados como fonte de dados, documentos de abrangência nacional e de natureza institucional, analisados descritivamente. A adesão da UFPel ao Reuni, levou a oferta de 48 novos cursos e diversificação do ensino de graduação. Entretanto, quando o foco diz respeito ao cenário da qualidade dos cursos criados, surgem dúvidas quanto a eficácia da gestão do programa Reuni, no cenário investigado.

Palavras-chave: Gestão da expansão, Ensino de Graduação, Reuni.

ABSTRACT

In Brazil, in the past years, it was implemented the Program of Restructuring and Expansion of Federal Universities-Reuni, aiming to increase access and retention in higher education. In this context, the study reflects on the management of the expansion of undergraduate education that occurred at the Federal University of Pelotas / UFPel, originated by the Reuni from the results of 21 courses assessed by the National System of Evaluation of Higher Education / SINAES. It was used as a data source, documents of national coverage and institutional nature, analyzed descriptively. The accession of UFPel to the Reuni, has led to offer of 48 new courses and diversification of undergraduate education. However, when the focus concerns the scenario of the quality of courses created, questions arise regarding the effectiveness management of the program Reuni, in the scenario investigated.

Keywords: Management of the expansion, Undergraduate Education, Reuni

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre a Educação Superior no Brasil têm revelado a necessidade de gerar mudanças no sentido de construir sistemas e instituições de ensino superior que promovam a equidade e o crescimento dos mecanismos de inclusão social, ao mesmo tempo em que mantendo a qualidade da formação.

O processo de elitização característico da educação superior brasileira levou a fortes questionamentos e é apontado como uma das formas de exclusão social. Essa situação constitui um dos pilares de sustentação da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior como forma de superar esse panorama discriminatório.

Nesse sentido, nos últimos anos, o governo federal vem implementando políticas visando a expansão do ensino superior: o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, o Programa Universidade para Todos – Prouni e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES além da Universidade Aberta do Brasil –UAB.

O Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais instituído pelo Decreto Presidencial nº 6069, de 24 de abril de 2007, define como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, com melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais (Haddad, 2008).

O Programa apresenta metas específicas, tais como: dobrar o número de estudantes de graduação, nas universidades federais; elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação para 90%; aumentar a quantidade média de alunos por professor para dezoito; diversificar as modalidades de graduação, através da flexibilização dos currículos; promover a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, dentre outras.

Desse modo, o governo federal ao implantar o Reuni buscou prover as universidades das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, congregando esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação.

Entretanto, diversas críticas foram realizadas aos resultados gerais desse programa, questionando os investimentos públicos aplicados nas instituições federais de ensino superior/Ifes, que geraram como contrapartida o crescimento do número de vagas e matrículas nas instituições participantes, no entanto, estes investimentos não garantiram de maneira recíproca a redução da evasão e aumento da eficiência do processo educacional.

Desse modo, inserido nessa seara de discussões, o presente estudo integrante das investigações com foco na Educação Superior, realizadas pela rede GEU/UFRGS², tem como loco de pesquisa a Universidade Federal de Pelotas/UFPeL, que aderiu primordialmente ao Programa Reuni. O estudo traz algumas reflexões sobre a gestão da expansão do ensino de graduação ocorrida na instituição a partir do Reuni, à luz dos resultados obtidos por 21 cursos, avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES.

2. O PROGRAMA REUNI E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As novas demandas por conhecimentos, provenientes dos diversos setores da sociedade organizada, e os aumentos contínuos na procura pelo ensino superior, em suas formas as mais diversas, estão a sinalizar a necessidade urgente de rever padrões e formas de organização do ensino superior brasileiro.

Relacionado a isso, observa-se que a educação superior brasileira exerce papel relevante no que diz respeito à mobilidade social, mostrando-se como a grande finalidade de quem ingressa em instituições de ensino superior ao perceber nessa instância os grandes benefícios sociais e econômicos que ainda resultam da obtenção de um diploma superior. Isso, evidenciado nos grandes diferenciais de renda que existem no Brasil entre os detentores de diplomas de nível superior e o restante da população.

No entanto, apesar de ter havido um crescimento significativo do acesso à educação superior, o Brasil não atingiu as metas propostas pelo PNE (2001-2010) quanto ao crescimento de matrículas, ao pretender inserir ao menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos na Educação Superior até o final da década, nem mesmo nas regiões economicamente mais desenvolvidas, que apresentam maior número de instituições de ensino superior/IES e de matrículas. A média do país subiu apenas de 8,8% para 13,6%.

Nessa direção, o projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020), propõe a meta de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, até 2020. Isso significa dobrar os índices verificados no final da última década (2010).

2

A Rede GEU (Grupo de Estudos sobre Universidade) congrega o GEU-Ipesq (Universidade, Pesquisa e Inovação) da UFRGS (Porto Alegre – RS), e mais dois GEUs da mesma instituição: o GEU- Edu/Inovação e o GEU- Sociologia; o GEU-UPF (Passo Fundo- RS) e o GEU- Ipesq/UFPeL (Pelotas – RS)

Também fazia parte das metas do PNE 2001- 2010, a proposta de diversificação do sistema superior de ensino, favorecendo os estabelecimentos não universitários com assegurada qualidade na oferta do ensino, o que se verifica no maior número de faculdades isoladas em relação ao total de IES brasileiras.

Nessa perspectiva, o governo federal iniciou uma política de reestruturação da educação superior brasileira, popularmente conhecida como *reforma universitária*, ampliando o acesso ao ensino superior e a implantação de novas modalidades de cursos superiores.

Através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE- 2001-2010), é possível constatar que o Reuni fez parte de uma política de governo de cunho mais ampliado, pautada na reestruturação da política da educação superior nacional pela articulação de dois princípios: democratização do acesso conjugada à justiça social, aumentando o contingente de estudantes menos favorecidos economicamente (Haddad, 2008).

O Programa apresentava metas específicas, tais como: dobrar o número de estudantes de graduação, nas universidades federais; elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação para 90%; aumentar a quantidade média de alunos por professor para dezoito; diversificar as modalidades de graduação, através da flexibilização dos currículos; promover a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, dentre outras.

O Reuni não preconizava a adoção de um modelo único para o ensino de graduação nas universidades federais, pois tinha como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto a diversidade das instituições.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), também tinha como objetivos a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, a mobilidade estudantil, não só pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, mas fundamentalmente por se constituir em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, objeto de valorização na formação universitária.

Segundo Haddad (2008), o Ministério da Educação na busca de alcançar a expansão do ensino superior, além de criar 14 novas universidades e ampliar as vagas nas universidades existentes, focou na expansão dos cursos noturnos, na revisão da estrutura acadêmica e na diversificação das modalidades de graduação, propondo uma reestruturação não apenas de ordem quantitativa, mas também qualitativa.

A expansão do ensino superior por meio do Reuni, trouxe um expressivo crescimento não somente das universidades mas também de campus no interior do país. Dados mostram

que em 2003 havia 148 campus e em 2010, 274 campus/unidades, apontando um crescimento de 85%. A interiorização do ensino superior destacou-se, elevando-se o número de municípios atendidos por universidades federais passando de 114 para 272, com um crescimento de 138%, no período 2003-2010 (MEC, 2012).

O maior crescimento da expansão de vagas nos cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino, ocorreu no período de 2007 à 2011, período de concepção e implementação do Reuni, quando a oferta de vagas passou de 139.875 vagas, para 231.530 vagas em 2011, apresentando um crescimento de 65,5%. No que diz respeito ao número de matrículas na graduação presencial nas universidades federais, observou-se um aumento de 45,6%, partindo de 578.536 em 2007 para 842.606 em 2011(MEC, 2012) .

A oferta de vagas na educação superior brasileira, historicamente, esteve localizada em cursos de bacharelado e na modalidade de ensino presencial. Como resultado das políticas do governo federal frente a necessidade de rápida resposta para a formação de profissionais, e com a evolução das novas tecnologias, novos formatos de cursos foram adotados. A saber, os cursos na modalidade de ensino a distância e os cursos de menor duração voltados à formação profissionalizante de nível superior, chamados tecnológicos. Ao se observar a trajetória do número de matrículas na educação superior nos últimos anos, fica evidente o destaque do crescimento desses cursos.

Dados relacionados com a diversificação do ensino superior no Brasil, revelam a tendência de crescimento dos cursos na modalidade de ensino a distância, bem como dos cursos tecnológicos, além de um aumento progressivo na participação dos cursos noturnos, atendendo as demandas de acesso das classes menos privilegiadas.

Do mesmo modo, durante a implementação do Reuni, ou seja, entre 2008 e 2012, cresceu o número de docentes efetivos nas instituições públicas federais, com a autorização de 21.786 novas vagas docentes.

A análise dos programas e metas estabelecidas pelas propostas de expansão do ensino superior, evidenciam ações em sintonia com o processo de internacionalização propondo que as instituições de ensino superior, particularmente as universidades, busquem a ampliação desse espaço, de modo a prepararem-se para atender as desafiadoras demandas originadas pela mundialização sociopolítica, econômica e cultural, de modo a dar conta de uma sociedade cada vez mais multicultural e internacional.

No que diz respeito aos investimentos, o Reuni proporcionou um aumento aproximado de 300% dos recursos destinados ao Pnaes (Programa Nacional de Assistência Estudantil) no período de 2008- 2012(MEC, 2012). Os benefícios do programa foram para ações que

possibilitariam as IFES manter os principais programas de apoio aos estudantes, dentre eles: moradia, restaurantes universitários, bolsa permanência, bolsa moradia e bolsa alimentação, fundamentais para o êxito escolar, principalmente para os estudantes de baixa renda.

Nessa perspectiva, a adoção do Enem/SISu(Exame Nacional do Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificada) pela maioria das universidades, evidencia o papel fundamental representado pelo Pnaes, constituindo-se no apoio fundamental aos estudantes que se deslocam de outras regiões e cidades e que não possuem condições financeiras para permanecer nas Ifes.

Sem dúvida, não dá para negar, que o Reuni foi um impulso decisivo para restabelecer o papel do Estado de indutor da expansão do ensino superior pela rede pública, o que vem contribuir para reverter a atual característica do ensino superior brasileiro, de predominância de matrículas no setor privado. A expansão ocorrida com as universidades federais, foi uma das mais importantes políticas públicas do governo federal para o país.

A universidade é por excelência espaço de produção do conhecimento, comprometida com a promoção do desenvolvimento humano e em alavancar o desenvolvimento social pela formação de pessoas, com compromisso social com a vida das cidades e das pessoas.

Desse modo, alicerçado em princípios como a democratização e a inclusão, o Reuni, através da implantação de novas universidades, novos campus universitários e do aumento no número de matrículas contribuiu para uma nova configuração da educação superior no país. Além disso, a forte interiorização das Ifes, iniciou um processo de diminuição das assimetrias regionais existentes no país.

Diante desse cenário que atualmente caracteriza o ensino superior brasileiro, fica ainda mais evidente a necessidade de regular e controlar a qualidade dos serviços de educação, de modo que os sistemas de avaliação respondem por um papel crítico na garantia dessa qualidade .

No entanto, a preocupação em avaliar o ensino superior não é recente e já se faz sentir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 (art. 9º, IX), assim como no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) (art. 4º), onde refere que a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação, bem como estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento.

A avaliação do ensino superior brasileiro, na pauta das discussões está a melhoria da qualidade do ensino; a informação fundamentada da sociedade sobre o desempenho destas instituições; o desenvolvimento de uma cultura institucional interna de garantia de qualidade; a obrigatoriedade e periodicidade; intervenção de docentes, de estudantes e de entidades

externas; existência de um sistema de avaliação externa caracterizado pela independência orgânico-funcional do avaliador face à entidade avaliada. Em especial, os olhares voltam-se basicamente para a investigação de aspectos multidimensionais do ensino superior, no qual se compreendem desde os programas estruturais e administrativos da atividade científica, passando pela qualidade dos docentes, discentes e dos equipamentos/infraestrutura.

Nesta arena de tensões, os órgãos responsáveis pela educação superior brasileira criaram um sistema de avaliação da qualidade com periodicidade, de avaliações no interior das instituições com critérios pré-estabelecidos com várias formas de intervenção, ou seja com participação dos comitês internos e externos, de estudantes, e comunidade.

A garantia da qualidade e da flexibilização das condições de oferta do ensino superior permeiam os debates sobre a expansão e democratização do acesso à educação superior, e com a maior oferta de serviços educativos, também cresce a necessidade de avaliar a qualidade dos mesmos e de proporcionar informações aos interessados, sobre a formação oferecida.

Do mesmo modo, também faz parte da arena de discussões sobre a educação superior, a questão da gestão universitária. Há indícios que a gestão universitária vem apresentando sinais de urgência da sua modernização. É preciso associá-la com políticas que tornem mais ágeis o trabalho levando a gestão a ser mais profissional e a estrutura acadêmica cada vez mais funcional, formulando e implementando estratégias que lhe garanta condições de sustentar seu desenvolvimento. Para isso, conhecimento, competitividade, agilidade, informação, transparência e qualidade surgem como fatores estratégicos.

Segundo Calderón (2006), gestão universitária é o conjunto de processos e estruturas administrativo-gerenciais que possibilitam à universidade atingir sua missão institucional.

Desse modo, a universidade não difere muito de outras instituições, especialmente no que se refere aos encargos de seus administradores, ao planejamento e à estrutura organizacional, embora, seus valores, objetivos e finalidades possam diferenciá-la. No caso da instituição pública, dirigida ou tutelada pelo governo, está sujeita às regras e aos princípios do direito público comum à generalidade da administração pública.

No entanto, há sinais que apontam que para alcançar uma gestão com qualidade, essa instituição deve passar por um novo relacionamento externo, pois um dos indicadores através dos quais a mesma tem sido julgada pelo público, diz respeito à qualidade dos seus relacionamentos e à qualidade dos seus resultados.

Portanto, avaliar a qualidade dos seus resultados é um meio de certificar-se de que a universidade tomou consciência sobre si mesma, do seu entorno e do papel que nele

representa, oferecendo à sociedade a geração de profissionais com rumo definido, visão clara da realidade e cidadãos competentes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como proposta investigativa optou-se pelo modelo de pesquisa qualitativa de cunho descritivo. Os dados obtidos sinalizam sobre a gestão do Reuni associada à qualidade da expansão do ensino de graduação na UFPel, valendo-se de fontes documentais de abrangência institucional e nacional. Na instância da investigação in loco, foram utilizados relatórios, informativos e outros materiais associados ao foco do estudo e informações disponibilizadas no site da instituição. Na construção da base documental foram mapeados as propostas/programas institucionais buscando captar as estratégias existentes na instituição para a expansão dos cursos de Graduação, buscando comparar os propósitos traçados pelas suas políticas com as políticas públicas nacionais para a expansão do Ensino Superior, alinhadas às propostas internacionais. Aliado a essas informações, buscou-se sustentação nos relatórios de avaliação do INEP, resultantes das visitas in loco realizadas nos processos de reconhecimento de 21 cursos criados pelo Reuni. Os dados levantados foram sistematizados e analisados descritivamente, tendo como marco referencial os critérios estabelecidos pelo SINAES.

4. O REUNI E A GESTÃO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

A UFPel é uma instituição criada pelo decreto-lei nº. 750, de 8 de agosto de 1969, dentro da política da Reforma Universitária, resultante do processo de interiorização do ensino superior, aglutinando estabelecimentos isolados em uma instituição universitária. Integra em sua estrutura acadêmica, unidades universitárias centenárias, como a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica, de 1883, hoje denominada Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, assim como a Faculdade de Direito, fundada em 1912.

A UFPel, atualmente, situa-se em dois municípios vizinhos: Pelotas, onde funcionam suas unidades da zona urbana e a administração central da universidade e Capão do Leão, onde se encontra o Campus Universitário. Conforme seu Regimento Geral, a UFPel tem, como objetivos fundamentais, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e

pós-graduada, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter e ampliar a sua natureza orgânica, social e comunitária.

A missão da Universidade é cumprida mediante o desenvolvimento simultâneo e associado das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na descrição de sua missão está: “promover a formação integral e permanente do cidadão, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida e com a construção da sociedade”.

Nesses quarenta e quatro anos de funcionamento da Universidade, modificações significativas ocorreram quanto à estrutura acadêmica, como a criação de cursos; a criação, incorporação, transformação e extinção de Unidades, além da transformação de cursos em Unidades.

Além das atividades de ensino, a Universidade é, também, responsável pelas atividades de pesquisa e de extensão. Os projetos de pesquisa são dedicados ao desenvolvimento regional e abrangem todas as áreas de conhecimento. Os projetos de extensão também proporcionam atendimento à população, não só de Pelotas, mas também de outros municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul.

No âmbito da pesquisa a contribuição da UFPel na área científica e tecnológica, tem sido reconhecida nacional e internacionalmente sendo que na produção intelectual (PI) houve um incremento de 100% no número de artigos publicados em revistas indexadas nos últimos 5 anos, havendo uma crescente internacionalização e divulgação de resultados das pesquisas técnico-científicas em periódicos de alto impacto, reflexo direto do investimento feito na qualificação do quadro de docentes-pesquisadores da UFPel, bem como da significativa melhoria da infraestrutura para a pesquisa e pós-graduação.

O número de alunos de graduação em regime presencial na UFPel, em 2012 era em torno de 15 mil, enquanto que no ano de 2007 abrangia aproximadamente 8 mil alunos(UFPel, 2012).

No que diz respeito, especificamente as políticas do governo brasileiro de expansão do ensino superior, são visíveis seus reflexos no contexto da UFPel, com o crescimento do ensino de graduação.

Até o primeiro semestre de 2012, a UFPEL ultrapassou o número de cursos almejados criando um total de 48 cursos novos. Desse total, 19 cursos são noturnos representando (39,6%) e 29 (60,4%) são diurnos. Através dos resultados encontrados pode-se dizer que o maior número de cursos (11) foi criado, na área das Engenharias, entretanto apenas 02 com funcionamento no turno da noite, a Engenharia da Produção (Bacharelado) e o Tecnólogo em Transportes Terrestres. Destaca-se ainda que do total de 48 cursos novos criados na UFPEL,

12 são Tecnólogos, 05 são Licenciaturas e 31 Bacharelados. Os dados coletados apontam que proporcionalmente a maior incidência de cursos noturnos ocorreu entre os Cursos de Licenciaturas, sendo que das 05 Licenciaturas criadas, 04 são no turno da noite (UFPEL, 2012).

Figura 1 – Cursos criados na UFPEL a partir do REUNI 2008-2012

Fonte: Pesquisa direta, 2012

Cabe destacar, que até o ano de 2007, a UFPEL, não oferecia cursos superiores Tecnológicos, e na área das engenharias oferecia apenas os cursos de Engenharia Agrícola e de Engenharia Agrônômica. De 2008 para 2012, foram criados dez novos cursos de Engenharia, bem como diversos cursos tecnológicos. Esses dados evidenciam a pretensão da UFPEL em apostar na área das engenharias, onde ocorreu a maior oferta no número de cursos novos na instituição.

Os resultados desse estudo apontam que os reflexos da adesão da UFPEL ao Reuni, são perceptíveis pelo crescimento da oferta do ensino de graduação.

No entanto, é preciso olhar esse crescimento na perspectiva da avaliação da qualidade nos aspectos científicos, pedagógicos, políticos e administrativos, inerentes ao mundo da academia.

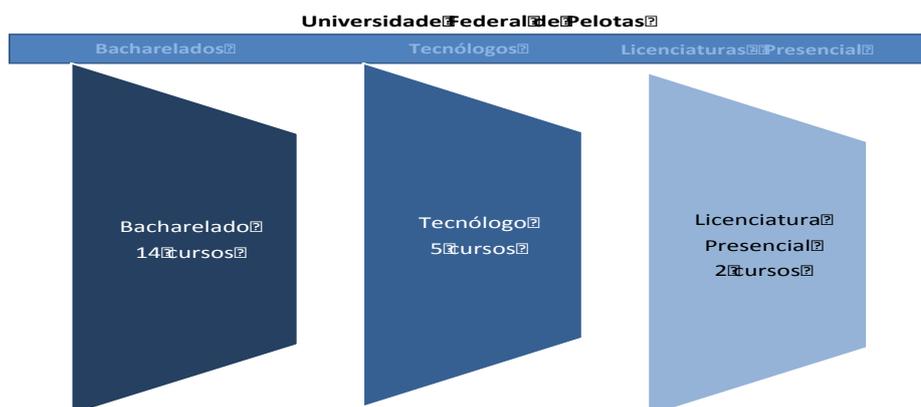
Nesse sentido, Dias Sobrinho (2000), defende a concepção de avaliação como forte instrumento a serviço da atualização e desenvolvimento da instituição, que ocorre permeada por um contexto de tensas relações econômicas e sociais entre a universidade, o Estado e a sociedade de mercado.

Tomando como referência esse olhar, procurou-se examinar os relatórios de visita in loco de 21 cursos criados a partir do Reuni e reconhecidos recentemente, assumindo as dimensões do SINAES utilizadas no processo de avaliação, como sinalizadoras de indicadores da qualidade dos referidos cursos.

Desse modo, os dados da expansão no ensino de graduação da UFPEL, ao serem examinados à luz das dimensões consideradas pelo SINAES, nos processos de avaliação de cursos, revelam inquietações, com relação a qualidade da expansão ocorrida, evidenciando as nuances da gestão do programa Reuni na instituição. Dos 48 cursos criados na UFPEL, no período 2008-2012, no primeiro semestre de 2013, 21 passaram por processo de reconhecimento. Desses 21 cursos, 14 são da modalidade Bacharelado, 5 tecnólogos e dois

Licenciatura presencial, conforme observa-se na Figura 2. Portanto, do universo dos cursos investigados, a sua maioria diz respeito a natureza de bacharelados.

Figura 2- Cursos de graduação criados pelo REUNI e reconhecidos pelo MEC no primeiro semestre de 2013.



Fonte: Pesquisa direta, 2013

É preciso destacar que não se entende os indicadores utilizados pelo SINAES como medidas absolutas, mas sim como sinalizadores ou guias que comportam uma informação e que são de utilidade, quando confrontados com um certo padrão.

A avaliação da qualidade do ensino de graduação é um meio de certificar-se de que as estruturas relevantes dentro de uma instituição de ensino, apoiam sua missão de ensinar, de que a universidade faça, o que ela diz fazer e apresente a evidência documentada para provar.

Desse modo, apresenta-se na figura3, os resultados encontrados, no que diz respeito à pontuação obtida pelos 21 cursos no processo de avaliação para reconhecimento dos mesmos. As informações apresentadas correspondem as três dimensões consideradas no processo de avaliação do SINAES, a partir do documento Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância de maio de 2012.

Figura 3 - Avaliação dos Cursos criados pelo Reuni na UFPel no primeiro semestre de 2013.

Universidade Federal de Pelotas

Início Bacharelados Tecnólogos Licenciaturas Presencial			
MODALIDADE	DIMENSÃO 1	DIMENSÃO 2	DIMENSÃO 3
Bacharelados	3,73	4,29	3,06
Tecnólogos	3,50	3,98	3,20
Licenciaturas Presencial	3,20	4,00	1,95

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Com base do figura 3, pode-se observar que os 21 cursos criados na UFPel a partir do Reuni, que passaram por processo de reconhecimento, no que diz respeito aos indicadores (perfil profissional do egresso, estrutura e conteúdos curriculares, procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, entre outros) que contemplam a Dimensão 1- organização didático pedagógica dos cursos, do instrumento de avaliação do SINAES, alcançaram uma pontuação média em torno de 3,0. Esta pontuação é considerada satisfatória, tomando como referência os conceitos de 1 a 5 estabelecidos pelo instrumento de avaliação, onde o 1 configura um conceito não existente e 5, um conceito excelente. De maneira geral pode-se dizer no caso da dimensão avaliada, que o conceito satisfatório diz respeito à preocupação em dar conta dos objetivos intrinsecamente educacionais, ligados aos aspectos pedagógicos da educação. Revela a capacidade administrativa do curso de alcançar as metas estabelecidas ou os resultados propostos.

Na dimensão 2, corpo docente e tutorial, avaliada através da atuação e experiência do coordenador de curso, experiência profissional, regime de trabalho e titulação do corpo docente, entre outros indicadores, a pontuação média obtida pelos cursos é muito boa, acima

de 4,0, conforme os critérios do SINAES. Isso parece sinalizar que o corpo docente e administrativo desses cursos apresentam-se adequados e com formação qualificada.

Esses dados evidenciam o aporte financeiro do Reuni na contratação de docentes efetivos em tempo integral e com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu* nas universidades públicas.

No que se refere à dimensão 3, infraestrutura, que contempla indicadores tais como gabinetes para docentes e coordenação do curso, salas de aula, bibliografia básica e complementar entre outros tantos, a média auferida pelos cursos foi próxima de 3,0. Esta pontuação caracteriza problemas na dimensão infraestrutura do curso, levando a crer que o aporte financeiro investido pela instituição nesta dimensão ficou aquém do esperado, especialmente nos cursos de licenciatura. Desse modo, focando a atenção nessas informações, há sinalizações sobre a questão da eficácia do programa Reuni e da sua gestão na UFPel.

Os resultados obtidos nessa dimensão avaliada, retratam o investimento efetuado na organização da estrutura física da instituição, na provisão de equipamentos e de instrumentos materiais e tecnológicos, de estabelecimento de normas de ação. Diz respeito à capacidade de maximizar a captação e utilização de recursos financeiros e instrumentos tecnológicos na qualificação da universidade.

Nessa perspectiva, desvela-se a gestão do programa Reuni na UFPel, revelando sob a lógica econômica, os contornos da sua eficiência na administração dos recursos financeiros aportados na infraestrutura da instituição, para dar conta da expansão ocorrida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se resgatar a essência das discussões que permeiam esse estudo, que tem como referência o Reuni- política pública de expansão do ensino superior, no contexto da UFPel, nesse momento, enfatiza-se as considerações conclusivas do trabalho.

Ao longo das discussões do trabalho, tomando por base as diretrizes do Reuni, observou-se que as mesmas revelam sintonia com o Plano Nacional de Educação 2001- 2010 que, entre outros objetivos, estabelece a expansão da oferta de educação superior, a diminuição das desigualdades por região nessa oferta e a diversificação de um sistema superior de ensino para atender clientelas com demandas específicas de formação, possibilitando importantes portas de acesso à grupos da população brasileira, que antes estavam à margem de tal possibilidade.

A importância desse processo de democratização do acesso ao ensino superior ganha

destaque acentuado, no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. As novas universidades e os novos campus trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as instituições federais de ensino superior (Ifes). Nesse sentido, o governo federal assumiu, fortemente, seu papel de formulador e condutor maior, de todo o processo da educação superior brasileira.

No que diz respeito a investigação *in loco*, acredita-se que a UFPel, especialmente a partir do Programa Reuni, revela uma diversificação na configuração do ensino de graduação, com a criação de cursos tecnológicos e o forte investimento na área das engenharias, até então, totalmente carente na instituição. Ela faz adesão ao processo de diferenciação institucional, com distintos tipos de formações e cursos, atendendo diferentes clientelas. A diferenciação destaca-se na perspectiva da ampliação de ofertas de ensino superior, tornando-a mais acessível, com mais opções de escolha, de modo a responder melhor às pressões da comunidade externa e às necessidades do mercado de trabalho. Assim, pode responder a necessidade de formar pessoas com diferentes tipos de competências para preencher a grande variedade de ocupações e postos de trabalho existentes, possibilitando uma educação compatível com as possibilidades de cada um.

Entende-se, que tal fato possa ter ocorrido em função da demanda de mercados específicos na área que necessita de profissionais qualificados para o exercício da função, principalmente em função do alargamento das fronteiras do conhecimento, mudanças na economia e descobrimento de novas fontes de energia. Também associado a essa questão pode estar o investimento que vem ocorrendo na região com a construção de plataformas da Petrobrás.

No entanto, esse cenário de expansão que ocorreu principalmente no ensino de graduação na UFPel, sem dúvida requer reflexão, pois o crescimento do acesso a esse nível de ensino impõe desafios qualitativos e de inclusão aos gestores e demais profissionais das instituições de ensino superior. Nesse sentido, um dos desafios que se faz presente, diz respeito a compreender as novas características que apresentam os alunos ingressantes, seu perfil, e os impactos que isso pode representar para o Plano de Desenvolvimento Institucional, e para cada projeto pedagógico dos cursos.

Em se tratando do cenário da avaliação da qualidade dos cursos criados pelo Reuni, tomando por base os indicadores do SINAES, observou-se que a pontuação obtida pelos 21 cursos analisados por este estudo, apontam para preocupações de natureza tanto instrumental ou técnica como substantiva, conforme a concepção de Sander (1995). Instrumental, referente

o grau de eficiência e eficácia dos métodos e das tecnologias empregadas no processo educacional, e substantiva, em termos da consecução dos fins e dos objetivos políticos e sociais da educação superior.

Nessa perspectiva, acredita-se que o SINAES, é um balizador do processo que avalia o desempenho das instituições e um sinalizador na formulação de ações de melhorias para os cursos de graduação, tendo como fundamento a melhoria da gestão acadêmica, que deve estar sustentada na qualidade como um compromisso intrínseco e preponderante para a sobrevivência e o sucesso do ensino superior público.

Desse modo, no âmbito da universidade, gestão e qualidade devem andar juntas, tendo em vista mudanças a serem feitas no atendimento dos serviços, nas ações a serem tomadas e planejadas. Gestão, traduzida num processo a partir do qual se tornam possíveis, posicionamentos políticos e tomadas de decisão com vistas a ajustar a finalidade social da universidade e adensar no seu interior as relações sociais e pedagógicas.

Em se tratando da instituição pública, a qualidade da gestão universitária deve constituir uma filosofia institucional, um espírito norteador, um *ethos* ético-cultural que perpassa em todas suas ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Projeto de Lei nº 8035. *Plano Nacional de Educação 2011-2020*. 2010. Disponível em: http://www.pne.ufpr.br/?page_id=16. Acesso em: 3 mar. 2013.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social Universitária: Contribuições para o Fortalecimento do Debate no Brasil. *Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, Brasília, Ano 24, n.36, p.07-22, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. INEP/MEC,. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, Brasília, 2008.(série documental). Disponível em: <http://www.publicações.inep.gov.br>. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012*. Relatório da Comissão Constituída pela portaria nº 126/2012. MEC, Brasília, 2012. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task.. Acesso em: 25 de março de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP – Sinaes. *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação*

presencial e a distância. Brasília, 2012. Disponível em: download.inep.gov.br/...cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrument... Acesso em 20 de março de 2013.

SANDER, Benno. *Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento*. Campinas, SP :AutoresAssociados, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). Disponível em: <http://www.UFPEL.edu.br/>. Acesso em: 20 Jun. 2012.